

“Higienismo e Eugenia: discursos que não envelhecem”¹

“Hygienism and Eugenics: Everlasting discourses”

Maria Lúcia Boarini (Docente da Universidade Estadual de Maringá)

Oswaldo H. Yamamoto (Docente da Universidade Federal do Rio Grande do Norte)

Endereço para correspondência:

Maria Lúcia Boarini, Universidade Estadual de Maringá/depto. de Psicologia.
Av. Colombo, 5790. CEP 87.020-920. Maringá/Paraná.

E-mail: mlboarini@wnet.com.br e mlboarini@uol.com.br

Telfax. 0 xx (44) 3261-4291

Resumo

Se já nos parece estranho atribuir o sucesso ou insucesso do indivíduo unicamente às suas características pessoais ou biológicas (cor da pele, gênero etc.), estranheza maior causa a constatação de que estes discursos são recorrentes há, no mínimo, um século. E a medicalização de questões de ordem pedagógica e psicológica é um exemplo disto, observado em nossos dias. Pensar esta questão recuperando o eixo naturalista dos movimentos higienistas e eugenistas presentes, oficialmente, nas primeiras décadas do século, na sociedade brasileira, é o conteúdo deste artigo.

Palavras-chave: higienismo, eugenia, psicologia, determinismo biológico

Abstract

If it seems strange to attribute people's success or failure exclusively to their personal or biological characteristics (color of the skin, gender etc.), much stranger is to realize that these ideas are present in our society for at least a century. . The medicalization of the subjects of pedagogic and psychological order it is an example of that, observed in our days.

The purpose of this paper is to analyze this question from the standpoint of the naturalistic axle found in both hygienists and eugenicists movements in Brazil in the

¹ Publicado em *Psicologia Revista*, vol. 13, n.1, SP. Educ. 2004. p. 59-72.

first decades of the century, in order to rethink these everlasting discourses protected by the shield of science.

Key words: hygienism, eugenics, psychology, biological determinism

A natureza e a complexidade da temática aqui proposta impõem alguns limites no seu tratamento: cada um dos termos abordados exigiria, pelo seu rico conteúdo, uma cuidadosa análise. Com esta certeza, nosso propósito, neste estudo, é tão somente levantar pontos para contribuir para o debate.

Conquanto temática virtualmente ausente no campo psicológico, a literatura registra diversos estudos enfocando diferentes aspectos das idéias higienistas e eugenistas, em outras áreas do conhecimento. A Antropologia, a Psiquiatria, a Educação, a Educação Física, a Biologia são alguns exemplos.

Isto não significa, todavia, que a Psicologia e os psicólogos estejam isentos deste discurso. Pelo contrário, em nosso entender é, sobretudo, nos limites tênues entre Educação/Psicologia/Saúde que as idéias higienista e eugenista encontram seu elixir da juventude. A título de ilustração, diríamos que é fato corriqueiro para o psicólogo, sobretudo o que atua nos serviços de Saúde Mental da Saúde Pública, receber uma grande demanda aos seus serviços oriunda da escola com a queixa de “problemas de aprendizagem” ou “problemas de disciplina”. Detalhe interessante a destacar é que, antes mesmo da avaliação do aluno pelo profissional da saúde ou até antes do encaminhamento à saúde, a queixa do mau rendimento escolar já tem sua explicação: “o aluno é assim porque tem muito piolho e o piolho dá anemia”; ou “são crianças que nascem de ventre podre” ou “porque os pais são separados”, ou “porque o pai bebe”, ou “porque mora na periferia” etc.. Justifica-se as dificuldades e problemas de uma pessoa exclusivamente por suas características individuais ou familiares. São explicações que mitificam o problema posto e, neste sentido, não se sustentam diante de análises mais rigorosas. São encaminhamentos que, em sua maioria, já estão historicamente comprovados como uma forma de deslocar o eixo da preocupação do social para o individual.

Obviamente, estamos adotando como exemplo o que vem ocorrendo na área pertinente à atuação do psicólogo, o que não significa exclusividade da área educacional ou psicológica, como já assinalamos anteriormente. Em outras palavras, no caso da escola, atribuir ao aluno e à sua saúde (física ou psicológica) os problemas de ordem institucional, é o que na literatura tem-se denominado como a

“medicalização”² do espaço escolar³. A medicalização, a psicologização, a sociologização são recursos cotidianamente adotados, em nossa sociedade, para explicar problemas gerados em diferentes circunstâncias sociais⁴. Mas, se esta forma de pensar e explicar as dificuldades não é prerrogativa da Educação ou da Psicologia, também não é específica do nosso tempo. No retorno à história vamos constatar que esta medicalização, salvo erro de generalização, é o cerne do pensamento higienista. Já nas últimas décadas do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, as explicações de caráter higienista e eugenista, também contribuíram para dar forma e sustentação a diferentes formas de encaminhamentos das instituições brasileiras, no caso, circunscrevendo nossa discussão às questões sociais no Brasil. Encaminhamentos estes legitimados, também, pela Psicologia enquanto suporte científico. E nestes termos, vale destacar, deve-se aos intelectuais adeptos do higienismo a introdução, no Brasil, da profissão do psicólogo. A confirmação deste fato é-nos oferecida pelo médico paulista Dr. Durval Marcondes:

Então, eu resolvi criar o serviço de higiene mental escolar que ficou concretizado na Seção de Higiene Mental do Serviço de Saúde Escolar de São Paulo. Criei então equipes clínicas multi-disciplinares nas quais, além do médico psiquiatra, havia outros profissionais. Precisava também do psicólogo. (...). Mas aqui não havia curso para formação profissional de psicólogos. A Universidade de São Paulo ignorava a existência deste profissional. (...). Eu indiquei várias pessoas que, pelo seu trabalho anterior em outras esferas profissionais, poderiam vir a estabelecer a nova profissão aqui. Assim, nós criamos oficialmente os primeiros cargos de psicólogos no Brasil. E só muito mais tarde é que a Universidade acordou para o assunto (Sagawa, 1992, p.92).

² . “O conceito de medicalização é de autoria de Ivan Illich (1975), que o usou para descrever a invasão pela medicina de um número cada vez maior de áreas da vida individual: cada etapa da vida humana – desde os recém-nascidos, as crianças, as mulheres grávidas, até os que estão no climatério e os que chegaram à velhice – é hoje objeto de cuidados médicos específicos, independentemente de haver ou não sintomas mórbidos...” (Singer, Campos, & Oliveira, 1978, p. 62).

³ Neste sentido sugerimos, Boarini (1993) e Moisés & Collares (1992).

⁴ Dentre os autores que abordam esta questão, sugerimos Patto (1985) e Di Loreto (1997).

O que era o movimento higienista e eugenista

Seria pretensão da nossa parte definir tais movimentos no limitado espaço de um artigo. Nosso propósito, aqui, é, apenas recuperar algumas informações sobre o rico conteúdo e a significativa influência que estes movimentos tiveram na construção do pensamento da sociedade brasileira nos primórdios da sua industrialização. Idéias que, sob um olhar atento, revelam-se presentes até os nossos dias, embora com outras roupagens. . Idéias que, a nosso juízo, ainda não envelheceram.

O movimento higienista e eugenista não se caracterizavam como movimentos populares na verdadeira acepção da palavra. Isto é, não foram gerados no seio da população em geral. Tratava-se de um pequeno grupo, em termos numéricos, formado por médicos em sua maioria e, a considerar os padrões da época, com grandes eruditos dentre eles.

Institucionalizaram-se, no Brasil, através da Sociedade Eugênica de São Paulo, fundada pelo médico Renato Kehl, em 1917, sob o patrocínio do então diretor da Faculdade de Medicina de São Paulo, o prof. Dr. Arnaldo Vieira de Carvalho. Diga-se de passagem, essa foi a primeira sociedade do gênero criada na América do Sul e “sua criação despertou grande interesse não só no Brasil, como na América Latina e na Europa” (Kehl, 1935, p. 27). Em 1923, foi fundada a Sociedade Brasileira de Higiene, sendo seus membros, em sua maioria, pertencentes ao departamento de Saúde Pública e a outras instituições da área, de vários Estados da Federação. Papel de grande projeção também teve a Liga Brasileira de Higiene Mental (1923-1947), fundada em 1923, no Estado do Rio de Janeiro, pelo psiquiatra Gustavo Riedel, após ter ganhado o Grande Prêmio da Exposição Internacional de Higiene de Estrasburgo, na França. Estas agremiações tinham suas delegações em vários estados brasileiros e seus integrantes, em geral, pertenciam a várias destas sociedades.

Um olhar atento à duração temporal destas associações⁵ indicará que existiram durante um tempo relativamente curto e com algumas dificuldades financeiras para se manter. Entretanto, este grupo de intelectuais corporificou as idéias dominantes na sociedade brasileira no final do século XIX e início do século XX.

4. A não ser no caso da Sociedade Eugênica de São Paulo, o encerramento das demais associações foram estimadas a partir do encerramento de suas publicações.

Higienizar a sociedade, eugenizar a raça

Refletir sobre o higienismo e a eugenia nas primeiras décadas do século XX, no Brasil, exige alguns cuidados. Primeiro, ao ler o passado, podem ocorrer distorções na compreensão se o fizermos com a lente e os recursos do presente. Sem este cuidado, as limitações históricas da época podem ser consideradas, à primeira vista, como equívocos de seus autores. Há, ainda, a considerar que no período em referência, as idéias higienistas e eugenistas sobrepuseram-se em grande medida, o que dificulta analisá-las em separado. Outrossim, vale assinalar que estes movimentos não eram dominantes frente aos demais existentes no país e mais: ouviam-se vozes divergentes no interior dos próprios movimentos em tela⁶.

Diante disso, discorreremos, ainda que brevemente, sobre o que representaram estes movimentos na sociedade brasileira, buscando nas suas origens e em alguns de seus propósitos, a diferença que as caracteriza. E, neste sentido, a definição oferecida por Renato Kehl (1935), um dos maiores propagandistas da eugenia, no Brasil, nas décadas de vinte e trinta pode nos auxiliar nesta necessária discriminação entre o higienismo e a eugenia:

(...) a higiene, por exemplo, procura melhorar as condições do meio e as individuais, para tornar os homens em melhor estado físico, a eugenia, intermediária entre a higiene social e a medicina prática, favorecendo os fatores sociais de tendência seletiva, se esforça pelo constante e progressivo multiplicar de indivíduos “bem dotados” ou eugenizados (p. 46) (grifo nosso).

O higienismo

Pode-se dizer que o higienismo, como uma forma de pensar, é um desdobramento da “medicina social”⁷. A urbanização sem planejamento - aqui estamos nos referindo sobretudo ao Rio de Janeiro e São Paulo - decorrente da industrialização emergente que acontecia no Brasil no final do século XIX e início do século XX, traz como consequência problemas de toda ordem, entre os quais destacam-se os de natureza médica: as condições sanitárias ameaçadoras e os surtos

⁶ Registrem-se significativas exceções, como, por exemplo, Ulisses Pernambucano, João Machado, Varela Santiago e Manoel Bonfim, que eram favoráveis às idéias higienistas, mas repudiavam os preceitos autoritários do movimento eugênico.

⁷ Cuidadoso estudo sobre a temática higiene/medicina social, o leitor encontrará em Machado, Loureiro, Luz, & Muricy (1978) e Rosen (1994).

epidêmicos⁸. Morria-se de uma ampla variedade de doenças, como varíola, febre amarela, malária, tifo, tuberculose, lepra, disseminadas mais facilmente pela concentração urbana⁹.

Esta situação inquietava as classes dirigentes que aí visualizavam possibilidades de todo tipo de doença e desordem social. Esse fato, visto sob a lente do senso comum, deixa a impressão que é a cidade a causa das doenças e, nesse sentido, a presença do médico passa a ser uma exigência urbana. Daí, a medicina social ser caracterizada como essencialmente urbana.

Há aqui, no mínimo, dois pontos a considerar. Primeiro, as doenças contagiosas desconhecem fronteiras. Assim, os problemas do interior diferiam-se apenas quanto à quantidade de pessoas atingidas. Outrossim, claro está que sem as descobertas e o auxílio da Bacteriologia e Microbiologia, que ocorreram nas últimas décadas do século XIX, as epidemias estavam longe de serem resolvidas e, nesse sentido, a higiene pública estava, igualmente, longe de estar sob o domínio médico. Entretanto, nessa época, já é possível observar nos discursos e na prática a “medicalização da vida social”. Mas, com o avanço das descobertas científicas, a Medicina ganha legitimidade e seu discurso higienista em tudo intervém, penetrando nos mais diferentes segmentos da sociedade brasileira: na família, na escola, no quartel, no prostíbulo etc. (Machado, Loureiro, Luz & Muricy, 1978).

Estas instituições deveriam ser “higienizadas” e, através delas, o corpo. A infância - e a sua entrada na escola - era apontada como o momento ideal para a criação de hábitos que possibilitariam a “higienização” dos indivíduos. Partindo desta perspectiva, entre outros encaminhamentos, a organização do Terceiro Congresso Brasileiro de Higiene, realizado em São Paulo, em 1926, contempla a temática *Formação de hábitos sadios nas crianças: estudo psicologico, pedagógico e higienico*¹⁰, cuja preocupação, como o próprio nome revela, era a infância, a

⁸ Merhy (1987) lembra as fases evolutivas na Saúde Pública delineadas por Mascarenhas em seu estudo sobre o Estado de São Paulo: (a) período de saneamento empírico do meio ambiente (1840-1890); (b) período de controle científico de doenças infecto-contagiosas (aplicação da Bacteriologia) (1890-1910); período moderno (1910 em diante).

⁹ De acordo com Caio Prado Jr. (conforme citado por Merhy, 1887), “A capital do Estado de São Paulo, de 239.000 habitantes em 1890, passa a 889.000 em 1930. Ainda que houvesse predomínio econômico do setor agrário, a taxa de urbanização da referida população já era bem significativa em 1930, quando as cidades continham em torno de 25% da população em geral” (p. 66).

¹⁰ Sob esta temática, que recebeu a numeração XII, apresentaram suas reflexões e propostas o Prof. Olinto de Oliveira e os médicos: Dr. Waldomiro de Oliveira, Dr. Carlos Sá, Dr. A. Almeida Junior, Dr. César Leal Ferreira, Dr. W. Radecki, Dr. Colombo Spinola, Dr. Carneiro Leão, Dr. Faria Góes, Dr.

educação, a higiene do indivíduo e “a utilidade dos casamentos eugênicos” (Moncorvo, 1926, p. 907).

Nesta perspectiva, um dos participantes deste evento, o médico Carlos Sá, sugeriu um verso que deveria ser recitado diariamente por todas as crianças como uma forma de se manterem saudáveis. O verso era o seguinte:

*Hoje escovei os dentes
Hoje tomei banho
Hoje fui à latrina e depois lavei as mãos com sabão
Hontem me deitei cedo e dormi com janellas abertas
De hontem e para hoje já bebi mais de 4 copos d'agua
Hontem comi ervas ou frutas, e bebi leite
Hontem mastiguei devagar tudo quanto comi
Hontem e hoje andei sempre limpo
Hontem e hoje não tive medo
Hontem e hoje não menti.*

Há que se reconhecer que, diante da situação de calamidade pública que vivia a saúde da população em geral, a higiene tanto individual quanto coletiva não era apenas uma necessidade rotineira mas um imperativo de ordem social. É necessário convir, porém, que a simples memorização de versos não tem o poder de favorecer a saúde, fato reconhecido pelo próprio Carlos Sá (1926) ao afirmar:

Para formação de hábitos sadios não basta, porém, possuir uma caderneta, em que se inscrevam os actos a repetir diariamente: é indispensável collocar ao alcance das creanças os meios de executar aquelles actos. Resta-me insistir para que se confie às professoras a missão de inculcar hábitos sadios nas creanças (p. 816).

Mas, ainda assim, fica claro nas palavras de Sá que a preservação da saúde é entendida, sobretudo, como uma questão individual, e que pode ser conquistada através dos ensinamentos da educação higiênica e eugênica, dos pelotões de saúde, das campanhas antialcoolismo, cujo fórum de realização privilegiado era a escola. E,

nessa direção, é apoiado pelos demais higienistas, dentre os quais Spinola (1926): “O *lemma health first in the school* tem conseguido nos Estados Unidos uma difusão digna da verdade que encerra. E não há melhor terreno e mais propicia oportunidade para implantar estes hábitos de viver sadiamente que o ambiente escolar” (p. 861).

Ora, sem polemizar esta tarefa redentora que se atribuía à escola, o que não se levava em conta era o grande número de crianças que não a freqüentavam, visto que, em tenra idade, já tinha a tarefa de contribuir com o parco orçamento familiar¹¹. Além disso, é necessário reconhecer que, em determinadas situações precárias de vida, não basta o conhecimento para alterá-las.

Enfim, o que estamos tentando pontuar é que se as descobertas científicas no que tange à Bacteriologia e a Microbiologia ofereceram caminhos para combater as várias epidemias que dizimavam a população, dentre estes caminhos a necessidade da higiene para prevenir os perigos do contágio de determinadas doenças, estas mesmas descobertas foram absorvidas para legitimar a idéia que atribui ao indivíduo a total responsabilidade pela sua saúde. Ao considerar, apressadamente, que a maior incidência de doenças e mortalidade infantil ocorria na classe trabalhadora pela falta de cuidados pessoais, ou que esta situação era devida à ignorância desta população, os higienistas negavam, praticamente, a diferença de recursos necessários à preservação da saúde em decorrência da diferença entre classes sociais. E assim entendendo, o melhor encaminhamento era propor ao Estado educar esta população. E mais que isso, era necessário intervir em uniões que poderiam transmitir doenças, como se acreditava no caso da sífilis, tuberculose, doença mental, alcoolismo dentre outras. E aqui, adentramos no terreno da eugenia que, em determinado momento histórico, articula-se perfeitamente com os propósitos do higienismo.

A eugenia

(...) é sinônimo de eugenesia e eugênica. Tem por fim a melhoria progressiva da espécie, pelo fomento da 'boa

Eurico Branco Ribeiro e Dr. J. P. Fontenelle.

¹¹ “O Departamento Estadual do Trabalho observa que, no ano de 1912, é bastante expressivo o aproveitamento de mão-de-obra menor na indústria têxtil do Estado de São Paulo. Nos estabelecimentos então visitados na capital – aproximadamente 22 - , os menores representam pouco mais de 30% do total de operários absorvidos pelo setor, sendo empregados sobretudo na fiação e na tecelagem, funções nas quais constituem respectivamente, 50% e 30% da mão-de-obra. Em 1919, o mesmo departamento constata, ainda com relação a esse setor, que os menores correspondem a cerca de 40% do total da mão-de-obra empregada nos 19 estabelecimentos que visita. Com relação aos demais setores, a mão-de-obra menor corresponde, nos 109 estabelecimentos que o departamento

geração', pela 'procriação hígida' consistindo, em suma, no enobrecimento físico e mental do homem. (...) ' como ciência, tem por objeto a investigação da herança biológica; como arte, tem por escopo a bôa procriação.' (Kehl, 1935, p. 15)

Construída epistemologicamente sobre o terreno das ciências naturais¹², apoiando suas bases nos estudos de Darwin (mais precisamente, nos desdobramentos do darwinismo social), nas descobertas da Biologia e aqui estamos nos referindo mais especificamente as revolucionárias contribuições de Gregor Mendel e sua nova concepção de hereditariedade e, principalmente, na Biometria de Francis Galton¹³, a Eugenia tinha como meta a melhoria e a regeneração racial ou a “higiene da semente germinal”. Tal objetivo justificava-se pela crescente degradação dos povos em geral, da qual o Brasil não estava isento. Assim, para Kehl (1935), a pretensão da Eugenia era “regenerar os indivíduos para melhorar a sociedade”. Sob esta ótica, o controle sobre a constituição biológica do indivíduo através do controle de sua reprodução é a marca registrada das propostas eugenistas. Em seus programas contemplava-se a elucidação e organização da “sociedade humana contra os fatores de degeneração, controlando os casamentos, evitando o matrimônio entre tarados e degenerados, vulgarizando e aplicando os conhecimentos necessários à proteção individual e racial” (p. 17). O descaso a este tipo de controle era considerado “impatriótico”, visto que “os anormaes não têm direito a geração de typos anormaes” (Monteleone, s/d: p. 21).

O encontro entre a eugenia e o higienismo

Embora alicerçados em circunstâncias históricas e proposições teóricas, de certa forma, diferentes os movimentos eugenistas e higienistas aproximam-se através de suas preocupações e determinação de tornar o Brasil uma grande nação. Como exemplo, temos a Liga Brasileira de Higiene Mental que, após 1928, reafirma seu estatuto para viabilizar, em outros termos, seus objetivos¹⁴, ou seja, o alvo a partir

arrola em seu inquérito, a pouco mais de 15% do total de trabalhadores empregados na capital” (Moura, 1995, p. 114).

¹² De acordo com Kehl (1935) “para estudar a eugenia é imprescindível ter noções de anatomia, histologia, fisiologia e embriologia. Desconhecendo os fenômenos da reprodução, da hereditariedade, bem assim as doutrinas de Darwin, de Weismann, de Mendel, etc.” (p. 67).

¹³ Há registros da eugenia, enquanto uma proposta de intervenção social, nos idos da antiga Grécia, mas o termo eugenia sob a égide da ciência aparece com Francis Galton, em 1865.

¹⁴ De acordo com os estatutos da LBHM, seus objetivos eram: “a) prevenção das doenças nervosas e mentaes pela observância dos princípios da hygiene geral e especial do systema nervoso; b) proteção e

de então passa a ser o indivíduo normal e não o doente, passa a ser a prevenção e não a cura.

Assumem, desta forma, o projeto eugênico (Costa, 1989), intensificando a intervenção nos meios escolar, profissional e social em geral, utilizando todos os recursos disponíveis na época, tais como palestras radiofônicas e nas escolas, artigos na imprensa comum e especializada (*Gazeta Médica, Folha Médica*), campanhas, publicação de uma revista própria (*Archivos Brasileiros de Higiene Mental*). Criam Laboratórios de Psicologia¹⁵. Neste ponto, é necessário lembrar o Laboratório de Psicologia Experimental instalado em 1906 no *Pedagogium*¹⁶, que esteve durante 12 anos sob a direção do ilustre médico Manoel Bonfim. No entender de Penna (1992, p.57) este foi, provavelmente, o primeiro Laboratório de Psicologia do Brasil. Assim, estudam, adotam, divulgam e incentivam a psicomетria, contribuindo, desta forma, para o crescimento vertiginoso desta técnica. Uma rápida consulta aos Archivos Brasileiros de Higiene Mental confirma a importância que os higienistas atribuíam a psicomетria. São paginas e paginas expondo inúmeros estudos de validação de testes psicológicos de caráter quantitativo. Inauguram a *Clínica de Euphrenia* que, além da função terapêutica, “têm [tinha] a função prophylactica e, mais que isto, a de edificação e sublimação dos caracteres que vão integrar a personalidade das crianças.” (Liga Brasileira de Hygiene Mental [LBHM], 1933, p. 34). Recorrendo desta forma às noções de higiene psíquica e racial, apoiando-se em conceitos das ciências naturais e utilizando-se dos métodos das ciências exatas, os higienistas propunham-se a explicar e prevenir a incidência das doenças mentais e tantos outros problemas. É deste período e foi através de alguns higienistas, também, que a psicanálise fez suas primeiras incursões no Brasil. E a prova disto é a XII Secção da Liga Brasileira de Higiene Mental, denominada PSYCHOLOGIA APPLICADA E PSYCHANALYSE. É discutível a psicanálise aí realizada se considerarmos alguns dos estudos aí levados a efeito como, por exemplo, as “Pesquisas sobre a memória de

amparo no meio social aos egressos dos manicômios e aos deficientes mentaes passíveis de internação; melhoria progressiva dos meios de assistir e tratar os doentes nervosos e mentaes em asylos publicos, particulares ou fora delles; realização de um programa de Hygiene Mental e Eugenetica no domínio das actividades individual, escolar, profissional e social” (Brasil, 1923). Em 1929, reafirmam a idéia de “crescer e fructificar as ideas de hygiene mental e eugenia, que consubstanciavam o programma d’aquella instituição” (Brasil, 1929).

¹⁵ Esta assertiva é válida na região sudeste, muito especialmente em São Paulo. A criação de laboratórios de Psicologia não segue necessariamente esse padrão em outras regiões, como por exemplo, o nordeste.

fixação” realizada por Lopes (1930, p. 277). Mas esta é uma discussão para um próximo artigo.

Enfim, o fortalecimento da articulação entre estes dois movimentos toma tamanha proporção que, em determinado momento, a eugenia passa a ser entendida como parte do higienismo, como pode se constatar no discurso de Lopes (1930), cuja temática era o combate ao alcoolismo, durante o II Congresso Brasileiro de Higiene ocorrido em 1924: “eu creio firmemente [que] haveremos de ser conduzidos a esse ideal magnífico **pela mão da higiene e da eugenia** (...). Veja-se que quadro elegeu a hygiene mental – **da qual é a eugenia um capítulo...**” (p. 93) (grifo nosso).

Encaminhando conclusões

O retorno às últimas décadas do século XIX indica-nos que o conhecimento produzido na área da Genética, da Microbiologia, da Bacteriologia, da Fisiologia, as teses evolucionistas de Darwin, enfim, os avanços das ciências naturais, de fato, são reconhecidamente revolucionários. Ao provarem que todos os seres vivos sobre a Terra, racionais ou irracionais, sofrem um processo contínuo de transformação, opõem-se frontalmente às idéias até então predominantes, da predestinação divina. Desmoronam as idéias que durante séculos sustentaram o sistema feudal de produção.

Mas, se por um lado, estas descobertas possibilitaram um novo olhar sobre o homem e sua relação com a natureza e com a sociedade, por outro lado, quando apropriadas pelas correntes científicas e políticas conservadoras, elas também favoreceram distorções conceituais. Com isto, estamos querendo dizer que, muitas explicações sobre as dificuldades e diversidade humanas partiram de pressupostos orgânico-biológicos, agora legitimados pela chancela da ciência. E nessa linha de raciocínio e atualmente com o benefício do tempo transcorrido observa-se que muitas orientações e encaminhamentos para os problemas, geralmente de caráter social, oferecidos pelos higienistas foram justificados pelas dificuldades de adaptação do indivíduo, na luta pela vida, advindas da sua origem intelectual, natural e hereditária. Os estudos publicados revelam que partia-se do princípio que há uma essência humana definida *a priori*, que pode se deteriorar ou se desenvolver dependendo de sua predisposição hereditária e das influências do meio. Desta forma, cada qual faz o seu percurso particular pela vida, distribuindo-se pela sociedade de acordo com sua

¹⁶ O *Pedagogium* foi criado em 1890 e tinha como objetivo “ser o centro propulsor das reformas e

maior ou menor competência para sobreviver à seleção natural. . E neste percurso o instrumental da Psicologia foi de grande valia no esquadramento e classificação dos indivíduos. Ignorava-se, assim, o legado sócio-histórica. É necessário reconhecer que nem sempre tais encaminhamentos resultavam em satisfação como pode se constatar pelo depoimento do medico higienista Manoel Bonfim, publicado”, em 1923, em seu livro “Pensar e Dizer:

(...) durante 12 anos tive à minha disposição um laboratório de Psicologia; nas pastas, ainda estão acumuladas anotações, traçados, fileiras de cifras ... e nunca tive coragem para organizar uma parte qualquer desses dados e de os publicar; porque nunca obtive uma elucidação satisfatória (...). Esses resultados mostrarão bem quanto é difícil o concluir lucidamente em face de tais experimentações” (Bonfim, 1923, p.27 apud Penna, 1992, p. 57).

Fica claro com este e outros depoimentos de Bonfim e de outros higienistas, que não é o caso aqui relacioná-los, que não era hegemônico o pensar a sociedade com a lente teórica das ciências naturais. Inquietava-lhes os problemas de ordem social e as explicações que eram oferecidas para resolve-los. Inquietações que parecem não encontrar eco em nossa época, explicações que apesar de superadas não apresentam nenhum sinal de envelhecimento quando continuamos “medicalizando” problemas de ordem pedagógica ou psicológica, por exemplo.

CARRARA, Sérgio e MARTINS, Hildeberto V. A sexologia e o mercado editorial no Rio de Janeiro de entre-guerras. *Cadernos IPUB*, v. 6, n. 18, 21-36, 2000.

Referências Bibliográficas

Boarini, M. L. *Unidades Básicas de Saúde: uma extensão da Escola Pública?* Tese de doutorado não-publicada, Universidade de São Paulo, São Paulo. 1993.

Brasil Decreto-lei n. 4778. Estatutos da Liga Brasileira de Hygiene Mental. *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental* (1925), I (1), 223-229. 1923.

Brasil. Decreto-lei s/n. Estatutos da Liga Brasileira de hygiene mental. *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental*, II (1), 39-47. 1928

- Costa, J. F.. *Historia da psiquiatria: um corte ideológico* (4ª ed.). Rio de Janeiro: Xenon. 1989
- Costa, N. R. (1980). Estado, Educação e Saúde: a higiene da vida cotidiana. *Cadernos Cedes*, 4.
- Di Loreto, O. D. (1997). Da adoção [e dos erros do pensar] ou dos erros do pensar [e da adoção]. *Psicologia em Estudo*, 2 (2), 1-34.
- Kehl, R. (1935). *Lições de Eugenia* (2ª ed.). Rio de Janeiro: Canton & Reile.
- Liga Brasileira de Hygiene Mental. (1929). Editorial. *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental*, II (1), 1-2.
- Lima, G. Z. (1985). *Saúde escolar e educação*. São Paulo: Cortez.
- Lopes, E. Trabalhos de anti-alcoolismo. *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental*, 3 (3), 106-107. 1930.
- Lopes, M.B.L. Pesquisas sobre a memoria de fixação. *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental*, 3 (6), 277-290. 1930.
- Machado, R., Loureiro, A., Luz, R., & Muricy, K. *Danação da norma: a medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal. 1978.
- Merhy, E. E. *O capitalismo e a saúde pública*. Campinas: Papirus. 1987.
- Moisés, M. A., & Collares, C. L. A historia não contada dos distúrbios de aprendizagem. *Cadernos Cedes*, 28, 31-48. 1992.
- Moncorvo Filho, A. Formação de hábitos sadios nas creanças. Em: [Anais] *Terceiro Congresso Brasileiro de Hygiene*, Thema XII – Formação de hábitos sadios nas creanças; estudo psychologico, pedagógico e hygienico. São Paulo, SP. 1929.
- Monteleone, P. (s/d). Os cinco problemas da eugenia brasileira. *Tese não-publicada*, Faculdade de Medicina de São Paulo, São Paulo.
- Moura, E. B. B.. Infância operária e acidente do trabalho em São Paulo. Em M. D. Priore (org.), *História da criança no Brasil* (pp. 112-128). São Paulo: Contexto. 1995
- Patto, M. H. S. A criança da escola pública: deficiente, diferente ou mal trabalhada? São Paulo: Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, *Projeto Ipê*. 1985.
- Penna, A. G. *Historia da Psicologia no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Imago. 1992.
- Rosen, G. *Uma história da saúde pública* (2ª ed.). São Paulo: ABRASCO, HUCITEC, UNESP. 1994.
- Sá, C. Formação de hábitos sadios nas creanças. Em: [Anais] *Terceiro Congresso Brasileiro de Hygiene*, Thema XII – Formação de hábitos sadios nas creanças; estudo psychologico, pedagógico e hygienico. São Paulo, SP. 1929.

Sagawa, R.Y.._Redescobrir as Psicanálises. São Paulo: Lemos.

Singer, P., Campos, O., & Oliveira, E. M. (1978). *Prevenir e Curar. O controle social através dos serviços de saúde*. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 1992

Spinola, C. Formação de hábitos sadios nas creanças. Em: [Anais] *Terceiro Congresso Brasileiro de Hygiene*, Thema XII – Formação de hábitos sadios nas creanças; estudo psychologico, pedagógico e hygienico. São Paulo, SP. 1929